



J. Freitas/Senado Federal

Sarney e o ministro Temporão participaram de homenagem ao presidente Lula

## Em defesa da saúde, Sarney aprova o retorno da CPMF

A recriação da CPMF ganhou ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, durante cerimônia no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Sarney votou

contra o fim do imposto do cheque, há três anos, e disse que é necessário garantir mais recursos para a saúde. "É um imposto muito pequeno", disse. **2**

## Relatora promete para 6ª relatório sobre Orçamento

Dever de Dilma é fazer reforma política, diz Alvaro Dias **7**

Paim cobra fortalecimento da Defensoria Pública **6**

### especial Cidadania

# Novo CPC começa a ser debatido hoje pelo Plenário

Proposta de Código de Processo Civil renovado e capaz de desafogar a Justiça será analisada em sessões extraordinárias



Wagner Soares

Uma das principais novidades do CPC é o estímulo à conciliação e ao entendimento, reduzindo número de processos

Para reduzir o número de processos, simplificar os procedimentos e dar mais clareza aos chamados trâmites legais, chega à discussão no

Plenário a proposta de novo Código de Processo Civil. Para acelerar a tramitação, três sessões extraordinárias foram convocadas para hoje e amanhã. **4 e 5**



Moreira Mariz/Senado Federal

Proposta aprovada em Montevidéu, na última reunião do ano do legislativo regional, será submetida ao Conselho do Mercosul

## Integrante do Parlasul só com mandato popular

Conforme recomendação aprovada ontem pelo Parlamento do Mercosul, até que se realizem eleições diretas, os seus

integrantes deverão ser "legisladores nacionais, com mandatos vigentes outorgados pelo voto popular". **8**

### Natal Solidário do Senado Federal

Neste Natal doe sorrisos e alegria.

Participe da campanha Natal Solidário, doando brinquedos novos e cestas básicas. Faça o Natal mais feliz para muita gente.

**Período de coleta**  
13 a 17 de dezembro de 2010

**Postos de coleta**  
Anexo I - próximo aos elevadores, Anexo II - garagem coberta, PRODASEN, SAMS, Interlegis, ILB, Taquigrafia, livraria da Edições Técnicas, Gráfica e Sindilegis.

Para senador, contribuição nos moldes da CPMF, extinta em 2007, "é um imposto muito pequeno e bom, porque não tira mais dos pobres, mas tira dos que mais têm"

## Sarney defende criação de novo tributo para a saúde

EXATAMENTE TRÊS ANOS depois da extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que é a favor da criação de um novo imposto nos mesmos moldes. Na opinião do senador, que votou pela manutenção do imposto, é necessário que sejam disponibilizados mais recursos para a saúde.

– Acho que é um imposto muito pequeno e um imposto bom porque não tira mais dos pobres, mas tira dos que mais têm. São recursos que deixam de entrar para a saúde pública, onde o Brasil mais necessita e o povo mais necessita – afirmou.

A CPMF foi extinta pelo Senado na madrugada de 12 para 13 de dezembro de 2007, depois de ter vigorado durante 17 anos, entre 1994 e 2008.

Sarney participou ontem de homenagem feita pelo Hospital Sarah Kubitschek ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, foi assinado termo aditivo do contrato de gestão da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação com a União.



José Sarney (com Aloysio Campos da Paz) concede entrevista no Hospital Sarah

O presidente do Senado elogiou a iniciativa do diretor da Rede Sarah, médico Aloysio Campos da Paz, um dos pioneiros da criação do hospital. O senador integra o Conselho da Associação das Pioneiras Sociais (APS), que administra a rede.

– O Sarah é um exemplo nacional e internacional. Tive a felicidade de ser convidado para participar desse conselho, crian-

do uma nova metodologia e uma nova visão da saúde pública no Brasil – frisou Sarney.

Durante a solenidade, o presidente Lula também voltou a reclamar do fim da CPMF.

– Perdemos mais de R\$ 150 bilhões. Só existe uma explicação para tirar a CPMF do Orçamento: ódio, rancor e maldade – queixou-se o presidente da República.

## Dilma Rousseff será diplomada na sexta-feira

O presidente do Senado, José Sarney, participará sexta-feira, às 17h, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da diplomação da presidente eleita, Dilma Rousseff, e do vice-presidente eleito, Michel Temer.

Até sexta-feira, os tribunais regionais eleitorais também devem concluir a diplomação de governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Com a diplomação, os eleitos se habilitam a exercer o mandato a que concorreram, mesmo que haja recurso pendente de julgamento contra suas posses.

Caberá ao presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, entregar os diplomas a Dilma Rousseff e Michel Temer. Em seguida, eles receberão os cumprimentos de cerca de 250 convidados, entre autoridades, familiares e amigos. Os diplomas foram confeccionados pela Casa da Moeda, seguindo normas do Código Eleitoral Brasileiro.

Além dos convidados de Dilma e Temer, devem participar da cerimônia no TSE os ministros da própria corte, do Supremo Tribunal Federal (STF) e os presidentes dos demais tribunais superiores. Terminada a solenidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dona Marisa Leticia oferecerão uma recepção no Palácio do Itamaraty.

## Teste do pezinho expandido pelo SUS vai a decisão final

O projeto (PLS 312/05) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar o teste do pezinho expandido (conjunto de exames que visa diagnosticar anormalidades no metabolismo do recém-nascido) pode ser votado amanhã, definitivamente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e enviado à Câmara dos Deputados. Esse e outros sete projetos estão incluídos na pauta da comissão para votação em turno suplementar

O PLS 407/09 prevê a inclusão, como beneficiárias do Programa Bolsa Família, de famílias pobres que tenham entre seus integrantes pessoa com câncer, Aids ou qualquer outra doença crônica. O projeto é da presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Rosalba, por sua vez, é responsável pelo substitutivo ao PLS 48/07, que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. De acordo com a senadora, a proposta fortalece a atuação desses profissionais, pois aperfeiçoaria suas relações de trabalho com os gestores do SUS (União, estados, Distrito Federal e municípios). O autor é o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O PLS 526/07 prevê que os dependentes de trabalhador contribuinte da Seguridade Social, desde que este tenha efetuado

180 contribuições, poderão fazer jus à pensão por morte, mesmo se a condição de segurado tiver sido perdida em razão de interrupção prolongada dos recolhimentos. A proposta é de Paulo Paim (PT-RS).

### Trabalhadores

Entre os projetos que visam beneficiar os trabalhadores, está o PLS 580/07, apresentado por Neuto De Conto (PMDB-SC). A proposta mantém a condição de segurado especial da Previdência para aqueles que, por exemplo, exerçam temporariamente atividade remunerada como membro de administração ou conselho fiscal de cooperativas rurais ou de cooperativas de pescadores artesanais. Já o PLS 153/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT), prevê que o trabalhador que passar um ano fora do regime do FGTS terá o direito de sacar o saldo da conta vinculada do fundo já no primeiro dia útil após o fim desse prazo, ao contrário do que ocorre hoje. O PLS 23/03, também de Paulo Paim, dá aos trabalhadores a possibilidade de faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração.

O PLS 212/10, de Flávio Arns (PSDB-PR), fixa os valores máximos das anuidades cobradas pelos conselhos regionais de Odontologia.

Oito projetos poderão ter decisão terminativa na CAS amanhã e seguir à Câmara

## Relatório final da CPI da Pedofilia adiado para quinta

Foi adiada para quinta-feira a apresentação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. A reunião, antes marcada para amanhã, precisou ser adiada porque nesse dia ocorrerá a diplomação do relator Demóstenes Torres (DEM-GO) – reeleito senador – pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Criada em março de 2008 com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses delitos com o crime organizado, a

comissão presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES) propôs mudanças legislativas e investigou casos de abusos de crianças e adolescentes, com dezenas de depoimentos.

Nesse período, além de defender um maior rigor legal contra os abusos sexuais de menores, a CPI, em parceria com o Ministério Público, reuniu representantes de empresas que mantêm sites de pesquisa e de relacionamento na internet, para coibir a ação de pedófilos na rede mundial de computadores.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Debate sobre reforma de código

11h O Plenário realiza sessão extraordinária para debater, em primeiro turno, o Código de Processo Civil. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 14/10 (resultante da MP que viabilizou a capitalização da Petrobras).

### Presidência Presidente da AMB visita senador

10h30 Senador José Sarney recebe o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral. Às 11h, preside sessão de discussão do novo Código de Processo Civil. Em seguida, vai a missa de ação de graças, no Salão Negro.

### CRA Política Nacional de Abastecimento

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota substitutivo ao projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento e proposta que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja.

### CMA Poder dos municípios na proteção ambiental

9h30 Audiência na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor debate projeto que aumenta o poder de estados e municípios na definição de políticas de proteção ambiental. Após análise de projetos em pauta, a Subcomissão Permanente da Água reúne-se para apresentação do relatório preliminar.

### CAE Trabalhadores com mais de 50 anos

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que dá incentivos fiscais a empresas privadas que contratarem trabalhadores com mais de 50 anos e proposta que inclui estados e municípios entre os beneficiários do seguro obrigatório (Dpvat).

### CE Distribuição de royalties

11h Proposta que institui o *royalty*-criança, destinando recursos do petróleo do pré-sal para a educação, e a que autoriza a criação de programa de incentivo à prática desportiva para prevenção da violência e do uso de drogas integram a pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

### Missa Ação de graças

11h O arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, celebra, no Salão Negro do Congresso Nacional, missa de ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos deste ano.

### CCJ/CAE Operações do BNDES

14h30 Audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos para analisar o desempenho do BNDES. O presidente da instituição, Luciano Coutinho, deverá falar sobre operações de financiamento, socorro e participação acionária em empresas nos últimos seis anos.

### CRE Ministro Celso Amorim

14h30 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate os trabalhos da presidência *pro tempore* brasileira do Mercosul com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

### Lançamento Duas coletâneas

14h30 Descerramento do busto de Alexandre de Gusmão e lançamento dos livros *Venezuela e Mercosul – ciclo de debates e Ação do Senado na diplomacia brasileira – coletânea de indicações de embaixadores*, na Ala Senador Alexandre Costa.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Serys diz que não fez gestão para liberar verbas para ONG

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ontem que não apresentou emendas nem fez gestões para liberar recursos para o Instituto de Pesquisa e Ação Modular (Ipam), presidido por Liane Maria Muhlenberg, sua assessora no Senado, que pediu demissão neste fim de semana. Durante entrevista coletiva ontem à tarde, à saída do Plenário, a parlamentar anunciou também a exoneração da funcionária do cargo de confiança na segunda-vice-presidência da Casa.

Serys afirmou desconhecer a entidade e a posição da servidora dentro dela e que se sentiu "traída" e "enganada" ao tomar conhecimento das denúncias sobre o caso. Segundo a revista *Veja*, o Ipam teria conseguido R\$ 4,7 milhões em convênios com o governo federal sem precisar se submeter a licitação. O dinheiro foi destinado ao Ipam por meio de emendas parlamentares dos deputados federais Jilmar Tatto (PT-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Geraldo Magela (PT-DF).

De acordo com a senadora, se existirem irregularidades no caso, elas devem ser apuradas pelos órgãos competentes, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

### Relatora

A senadora, que participou no final da

tarde de ontem da reunião da Comissão Mista de Orçamentos (veja reportagem nesta página), assegurou que não se sente desconfortável na função de relatora-geral do projeto de lei orçamentária para o próximo ano (PLN 59/10). Sua confirmação no cargo, de acordo com indicação da bancada governista no Senado, aconteceu na reunião.

Serys informou que manteve, no domingo e na manhã de ontem, uma série de reuniões com técnicos do governo e das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.

– Estamos trabalhando arduamente para garantir a aprovação do Orçamento até o dia 22 de dezembro. É importante que a presidente eleita, Dilma Rousseff, assuma com o Orçamento já aprovado – acrescentou a relatora-geral.

A senadora disse que seu trabalho como relatora-geral depende de duas informações básicas: a estimativa de receitas, que deve ser feita pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), e a manifestação formal do governo a respeito de um erro de previsão na arrecadação do próximo ano. Caso se confirmem os números do governo, a CMO terá que cortar R\$ 8 bilhões do projeto original do Orçamento, o que poderá levar a uma revisão dos relatórios setoriais aprovados até agora.



Serys diz que se sentiu "traída" e "enganada" ao saber do caso envolvendo a sua assessora

José Cruz/Senado Federal

Ontem foram aprovados pela CMO dois últimos relatórios setoriais – um sobre infraestrutura, que inclui transportes, e outro sobre fazenda, desenvolvimento e turismo

# Relatório final do Orçamento deve ser apresentado dia 17

A SENADORA SERYS Slhessarenko (PT-MT) pretende apresentar até esta sexta-feira, dia 17, o relatório final sobre o Orçamento da União para 2011. A nova relatora-geral da proposta orçamentária acredita que a matéria poderá ser votada na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 20 e no Plenário do Congresso Nacional no dia 22.

Serys participou ontem de reunião da CMO em que foi aprovado o relatório de re-estimativa da receita do Orçamento, que prevê recurso adicional de R\$ 4,7 bilhões para o governo em 2011, os quais irão se somar aos R\$ 17 bilhões da estimativa apresentada em relatório preliminar aprovado pela comissão em novembro. No total, o Executivo terá receita adicional de R\$ 22 bilhões em 2011.

Autor do relatório de Receita, o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), explicou que os R\$ 4,7 bilhões terão origem em recursos advindos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); de itens

**Quanto ficou para cada setor (em R\$ bi)**

Setor	Valor aprovado
Saúde	75,7
Integração nacional e meio ambiente	7,9
Educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte	74,8
Planejamento e desenvolvimento urbano	37,4
Justiça e defesa	74,1
Poderes do Estado e representação	50,0
Agricultura e desenvolvimento agrário	13,6
Trabalho, previdência e assistência social	379,3
Infraestrutura	31,2
Fazenda, desenvolvimento e turismo	246,2

específicos de receitas não administradas; da arrecadação do poder público derivada da exploração do petróleo e da alienação de ativos inservíveis.

Bruno Araújo lembrou ainda que o Congresso Nacional tem sido exitoso na fixação da receita do Orçamento, com exceção do ano de 2009, em razão da crise financeira internacional que teve início no segundo semestre de 2008.

Nesta segunda-feira, a CMO

também aprovou os relatórios setoriais do Orçamento nas áreas de infraestrutura, de autoria do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), e fazenda, desenvolvimento e turismo, de autoria do deputado Rômulo Gouveia (PSDB-PB). Esses eram os dois últimos relatórios setoriais que precisavam ser aprovados para que Serys Slhessarenko possa concluir o relatório final sobre a proposta orçamentária de 2011.



Deputado Rômulo Gouveia (E), senador Gilvam Borges e deputado Waldemir Moka debatem relatórios setoriais de ontem

Geraldo Magela/Senado Federal

## Dívida pode consumir quase R\$ 1 trilhão

Os juros e as amortizações da dívida pública federal devem custar ao país R\$ 953,8 bilhões no próximo ano. A informação consta do relatório sobre fazenda, desenvolvimento e turismo, que a CMO aprovou ontem.

Conforme o relator, deputado Rômulo Gouveia, os juros e encargos devem consumir R\$ 169,9 bilhões e as amortizações, R\$ 783,9 bilhões. A dívida líquida do setor público – que inclui, além da União, estados, municípios e empresas estatais – chega a R\$ 1,415 trilhão, correspondente a 41% do produto interno bruto (PIB).

O relator aponta um crescimento contínuo da dívida líquida do setor público e do estoque da dívida pública mobiliária federal.

Apenas com o refinanciamento de uma parte dessa dívida – a pública mobiliária federal –, o governo deve gastar R\$ 674,5 bilhões, ou seja, um terço da receita prevista, de R\$ 2,048 trilhões.

Rômulo Gouveia cita motivos que, segundo ele, contribuíram para a elevação da dívida líquida do setor público: passivos contingentes (chamados "esqueletos"), utilização de títulos públicos para refinanciamento de dívidas, saneamento de setores econômicos específicos e implementação de alguns programas de governo. Destacou também a contribuição dada pelas taxas de juros básicos e pelo baixo crescimento econômico de alguns anos.

Os ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Turismo têm dotação de R\$ 1,2 trilhão. Descontado o serviço da dívida (R\$ 953,8 bilhões), sobram R\$ 246,2 bilhões para manutenção da estrutura.

A comissão também aprovou o relatório setorial de infraestrutura, do deputado Leonardo

Quintão, que inclui os orçamentos para 2011 dos ministérios de Minas e Energia; Transportes; e Comunicações, somando R\$ 31,2 bilhões.

Ao Ministério dos Transportes foram destinados R\$ 21,1 bilhões, ou 60% dos recursos. Desses, R\$ 14,7 bilhões (dois terços) são destinados a investimentos em transporte rodoviário por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Outros R\$ 2,4 bilhões estão reservados à Valec para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e da Ferrovia Norte-Sul.

Ao Ministério de Minas e Energia coube R\$ 5,7 bilhões (18,4%) e ao das Comunicações, R\$ 4,4 bilhões (14%). O valor total é 16% superior ao Orçamento de 2010 (R\$ 26,8 bilhões).

**O refinanciamento da dívida pública mobiliária federal deve custar um terço da receita prevista para 2011**

## Favelas pacificadas terão mediadores comunitários

A capacitação de 30 mediadores recrutados entre lideranças comunitárias de cada uma das favelas cariocas atendidas pelas unidades de polícia pacificadora (UPPs) é uma das metas dos acordos de cooperação que começaram a ser firmados, em dezembro, entre a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e o governo do Rio de Janeiro. Inserida no projeto UPP Social, essa iniciativa nos morros cariocas se baseia na experiência bem-sucedida do programa Justiça Comunitária, criado em outubro de 2000 no DF (veja matéria).

O Complexo do Alemão e a Cidade de Deus funcionarão como projetos-piloto, segundo o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, que assina, na sexta-feira, acordos que incluíram as comunidades do Borel e da Providência. “Nessa nova fase da UPP, para pacificar é fundamental levar a presença do Estado, com serviços públicos. Esse papel, em muitos casos, era desempenhado pelo crime organizado”, admitiu.

Além de selecionar e capacitar mediadores e conciliadores para agilizar a solução de conflitos nas comunidades, nos moldes dos 15 núcleos em funcionamento (há mais 29 em implementação), o acordo de cooperação no Rio prevê um esforço maior.

### Morros

Para garantir a presença da Justiça nos morros, segundo Pereira, vão atuar em conjunto as defensorias estadual e da União, Ministério Público Federal e do Rio de Janeiro, o CNJ – levando a Justiça, tanto a federal e a trabalhista quanto a estadual – e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que desenvolve projeto de conscientização sobre direitos básicos.

Outra providência da secretaria, com o objetivo de “incutir cada vez mais a cultura da pacificação”, disse Pereira, é incluir a mediação e a conciliação como matérias obrigatórias nas faculdades de Direito. “Estamos discutindo esse tema com o Ministério da Educação. É fundamental alterar essa visão do operador do Direito, atualmente voltada para o conflito”, ressaltou.

Para estimular a conciliação e a mediação de conflitos, resolução do CNJ, em novembro, instituiu a política nacional de tratamento dos conflitos de interesses. Os tribunais terão que oferecer outros mecanismos de resolução das controvérsias, como a conciliação e a mediação, além das soluções dos processos com as sentenças dos juízes. O CNJ estabeleceu prazo de 30 dias para criação de núcleos permanentes de métodos consensuais e de quatro meses para os centros judiciários que atenderão os juizados e as varas nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família, além dos juizados especiais cíveis e fazendários. Também será criado o Portal da Conciliação, que será alojado na página do CNJ na internet.

# Reforma do CPC chega ao Plenário em tempo recorde

Modernização do Código de Processo Civil, em vigor desde 1973, começa a ser votada hoje. A meta é reduzir número de processos, estimulando a conciliação, simplificando procedimentos e dando transparência a questões hoje confusas

COM CONTRIBUIÇÕES IMPORTANTES para os brasileiros que recorrem à Justiça, a reforma do Código de Processo Civil (CPC) começa a ser discutida hoje no Plenário, às 11h, e tem duas sessões extraordinárias marcadas para amanhã, às 11h e às 19h, quando poderá passar pelo primeiro turno de votação. Questões como cumprimento de contratos, despejo, cobranças de dívidas e divórcio são tratadas no CPC. “Evidenciando sua importância para a vida do cidadão”, ressaltou Valter Pereira (PMDB-MS), responsável pelo texto que substitui o projeto apresentado pelo presidente do Senado, José Sarney (PLS 166/10), elaborado por uma comissão de juristas.

Extenso, com 1.008 artigos, o projeto do novo CPC foi amplamente debatido com vários segmentos da sociedade, em um tempo considerado recorde para a tramitação de um código. O apoio obtido para mudar o texto em vigor desde 1973 foi tão expressivo, segundo Valter Pereira, que ele não espera alterações substanciais no Plenário. O senador, inclusive, prevê encerrar a votação no Senado ainda este ano.

– Sou um otimista – brincou. O Ministério da Justiça, por exemplo, obteve atendimento em mais de 90% das sugestões, segundo o secretário de Reforma do Judiciário, Marivaldo Pereira, que elogiou a transparência e a brevidade com que o trabalho foi conduzido pela comissão. Ao todo, foram dez audiências e mais de 800 propostas pontuais – 664 delas enviadas pela internet –, inclusive de cidadãos comuns, além de 106 notas técnicas, que geraram um volume de contribuições superior a 3 mil páginas. As emendas ao projeto totalizaram 220, das quais 14 acolhidas no todo e 48 em parte.

As críticas, segundo Valter Pereira, foram sendo catalogadas, para se constatar a recorrência de cada uma delas.

– Com base nesse levantamento, construímos um substitutivo que desse resposta às pendências procedentes – explicou o relator, em entrevista ao *Jornal do Senado*.

O projeto, disse, seguiu três linhas mestras: reduzir a litigiosidade, simplificar procedimentos na Justiça e dar clareza e transparência a algumas questões.

– A Justiça que tarda é a que não é feita – enfatizou o senador, citando processos que se arrastam por tanto tempo que o cliente desiste ou morre antes da solução. Por isso, diz, o novo CPC legitima práticas a que a Justiça já está recorrendo, como a conciliação e a mediação, que resgatam a negociação para tentar solucionar os conflitos, evitando novos processos.

### Saiba mais

**Íntegra do comparativo entre CPC, PLS 166/10 e substitutivo**  
<http://migre.me/2UYyy>

**Secretaria de Reforma do Judiciário**  
<http://portal.mj.gov.br>

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**  
[www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

**Programa Justiça Comunitária**  
<http://migre.me/2UZ5k>

**Tribunal de Justiça de Goiás**  
[www.tjgo.jus.br/conciliacao](http://www.tjgo.jus.br/conciliacao)

**Especial Cidadania sobre alienação parental (nº 328)**  
<http://migre.me/2UYRK>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)



Banca permanente de conciliação do TJ de Goiás obteve acordos em 80% dos processos envolvendo o Dpvat. Na foto menor, senadores Valter Pereira e ACM Júnior (D)

## Esforço de conciliação dá certo e ajuda a desafogar Judiciário goiano

A ideia nasceu após curso promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Deu tão certo que o núcleo de conciliação do Tribunal de Justiça de Goiás tornou-se exemplo de experiência bem-sucedida. Além de uma banca permanente, criada no início de 2009, o TJ goiano, por intermédio da comissão que representa o movimento nacional pela conciliação no estado, realiza mutirões que desafogam o Judiciário.

Para se ter a dimensão do que esse instrumento pode oferecer, de 29 de novembro a 3 de dezembro, na Semana da Conciliação, 32 mil das 39 mil demandas foram atendidas pelas 230 bancas montadas no Centro de Convenções de Goiânia. Desse total, houve acordo em cerca de 60% dos casos, calcula o juiz Fernando Montefusco, presidente da comissão permanente do

Movimento Nacional pela Conciliação em Goiás. Resultado: 19,2 mil ações foram solucionadas.

Só em ações do seguro obrigatório Dpvat (danos pessoais causados por veículos), que chegaram a 3.568 na semana do mutirão, as partes fecharam acordo em cerca de 80% dos casos, resultando no arquivamento dos processos. O atendimento pela banca permanente pode ser solicitado pela internet ([www.tjgo.jus.br/conciliacao](http://www.tjgo.jus.br/conciliacao)).

Montefusco informa que predominam juizes e desembargadores aposentados entre os conciliadores voluntários, além de acadêmicos de Direito, psicólogos e alunos da Escola Superior da Magistratura de Goiás. No interior, segundo o juiz, o papel cabe também a lideranças locais, como em Iporá, onde atuam um padre e um pastor.

## Mediação resolve problema da passagem gratuita para mães de autistas carentes

Moradora de Águas Lindas de Goiás (GO), no Entorno do Distrito Federal, a mãe de um filho autista estava desistindo de levar o menino à escola que atende crianças com necessidades especiais em Ceilândia (DF). Apesar de o filho não pagar a passagem, ela só tinha direito à gratuidade nos ônibus que circulam em Brasília e cidades do DF, como prevê uma lei local. Como tinha que usar transporte interestadual para levar o filho à escola, o pagamento da sua passagem estava insustentável para o apertado orçamento familiar.

Resolveu procurar um agente do programa Justiça Comunitária na busca de alternativa para o seu caso, que se tornou emblemático para mostrar como funciona a bem-sucedida experiência de mediação no DF. O agente analisou a demanda em conjunto com a equipe interdisciplinar, que reúne um advogado, um psicólogo e um assistente social, recrutados no quadro do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT). Concluíram que deveria haver outras mães em situação idêntica. Localizaram 68 delas, e uma rede social dessas mães começou a ser construída, exemplificando uma das atividades do programa, a “animação de redes”, explica a juíza Gláucia Falsarella Foley, coordenadora do Justiça Comunitária.

– O que chegou com aparência de caso individual era uma demanda coletiva – classificou a juíza.

A outra etapa foi identificar os problemas de relacionamento com cobradores e motoristas, que desconfiavam da veracidade das carteiras de passe livre apresentadas por mães de autistas que não aparentam ser portadores de deficiência. Em reunião entre as mães e um defensor público da União, verificou-se a viabilidade de uma ação civil pública, já que é direito constitucional das crianças o acesso à escola. A alternativa da mediação foi oferecida às mães, que entenderam que havia necessidade de uma lei federal para garantir gratuidade de passagem.

– Isso é educação para o Direito, outra atividade do programa – informou Gláucia.

Foram feitas três pré-mediações: uma com as mães, outra com motoristas e cobradores e a terceira com gerentes das empresas de transporte interestadual. No encontro com as transportadoras, esclareceu-se que, caso a mediação não resultasse em consenso em relação ao aspecto econômico, a demanda seria encaminhada à Defensoria Pública. As empresas, segundo a juíza, demonstraram interesse em buscar uma solução pacífica para o conflito.

## Projeto aposta na construção de entendimentos duradouros

Consideradas por muitos juristas como os instrumentos mais eficazes para solucionar conflitos, construir entendimentos mais duradouros entre as partes e desafogar o Judiciário, a mediação e a conciliação entrarão como uma nova seção no CPC, com dez artigos. O texto deixa claro que a adesão das partes envolvidas no conflito será sempre voluntária. Os magistrados, advogados, defensores públicos e integrantes do Ministério Público deverão estimular o seu uso, mas nunca obrigar.

A diferença entre os dois também está definida no projeto. O papel do conciliador é sempre mais interventivo, enquanto o mediador não interfere. O conciliador poderá sugerir soluções. No entanto, está proibido legalmente de utilizar qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes

ministério de experiências semelhantes nas favelas cariocas pacificadas.

Cada tribunal, segundo Camargo, poderá estipular normas para o funcionamento do núcleo de mediação e conciliação. O novo CPC determina que os tribunais mantenham um cadastro atualizado de mediadores e conciliadores capacitados.

Os inscritos na OAB estão impedidos de exercer a advocacia, ou integrar escritório, na área de competência do tribunal em que atuem como mediadores ou conciliadores. O novo CPC também prevê penalidades, remuneração com parâmetros estabelecidos pelo CNJ e impedimento por um ano de assessorar, representar ou patrocinar qualquer dos litigantes após acordo entre as partes.

Os juizados especiais geralmente possuem a figura do conciliador. Em alguns, até o juiz atua, como ocorre na Justiça do Trabalho. A diferença, diz Camargo, é que o novo CPC prevê a figura do conciliador como etapa inicial de todo processo. “A audiência de conciliação é prevista para depois da defesa do réu. O projeto inverte, com a conciliação antecedendo a contestação, que só será apresentada se não houver entendimento”, explica o assessor técnico.

Pode haver mais de uma sessão de conciliação ou de mediação no prazo de 60 dias, não prorrogáveis. “Se não houver entendimento, o réu tem que apresentar a contestação no prazo de 15 dias”, diz. Outro prazo definido no projeto é para manifestação do autor ou do réu quando eles não tiverem interesse na composição amigável. Nesse caso, terão dez dias antes da data da audiência de conciliação para se manifestar. Se isso não for feito, será cobrada uma penalidade pela ausência injustificada, correspondente a 2% do valor da causa.

Os acordos aceleram soluções. Podem ser homologados pelo juiz ou registrados em cartório, dependendo do caso. Se desrespeitados, geram o que se chama de pedido de cumprimento de sentença, onde o que está acordado será executado judicialmente, como, por exemplo, a cobrança de uma dívida.

O texto do novo código inclui a mediação e a conciliação em seção específica, com dez artigos

### Auxiliares da Justiça

O que prevê o Capítulo III, Título VI do novo CPC sobre mediação e conciliação nos tribunais

#### SEÇÃO V - DOS CONCILIADORES E DOS MEDIADORES JUDICIAIS

**Art. 144.** Cada tribunal pode criar setor de conciliação e mediação ou programas destinados a estimular a autocomposição.

**§ 1º** A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da neutralidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade e da informalidade.

**§ 2º** A confidencialidade se estende a todas as informações produzidas ao longo do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes.

**§ 3º** Em virtude do dever de sigilo, inerente à sua função, o conciliador e o mediador e sua equipe não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

**Art. 145.** A realização de conciliação ou mediação deverá ser estimulada por magistrados, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

**§ 1º** O conciliador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

**§ 2º** O mediador auxiliará as pessoas interessadas a compreenderem as questões e os interesses envolvidos no conflito e posteriormente identificarem, por si mesmas, alternativas de benefício mútuo.

**Art. 146.** O conciliador ou o mediador poderá ser escolhido pelas partes de comum acordo, observada a legislação pertinente.

**Parágrafo único.** Não havendo acordo, haverá distribuição a conciliador ou mediador entre aqueles inscritos no registro do tribunal, observada a respectiva formação.

**Art. 147.** Os tribunais manterão um registro de conciliadores e mediadores, que conterá o cadastro atualizado de todos os habilitados por área profissional.

**§ 1º** Preenchendo os requisitos exigidos pelo tribunal, entre os quais, necessariamente, a capacitação mínima, por meio de curso realizado por entidade credenciada, o conciliador ou o mediador, com o certificado respectivo, requererá inscrição no registro do tribunal.

**§ 2º** Efetivado o registro, caberá ao tribunal remeter ao diretor do foro da comarca ou da seção judiciária onde atuará o conciliador ou o mediador os dados necessários para que o nome deste passe a constar do rol da respectiva lista, para efeito de distribuição alternada e aleatória, obedecendo-se rigorosa igualdade.

**§ 3º** Do registro de conciliadores e mediadores constarão todos os dados relevantes para a sua atuação, tais como o número de causas de que participou, o sucesso ou o insucesso da atividade, a matéria sobre a qual versou a controvérsia, bem como quaisquer outros dados que o tribunal julgar relevantes.

**§ 4º** Os dados colhidos na forma do § 3º serão classificados sistematicamente pelo tribunal, que os publicará, ao menos anualmente, para conhecimento da população e fins estatísticos, bem como para o fim de avaliação da conciliação, da mediação, dos conciliadores e dos mediadores.

**§ 5º** Os conciliadores e mediadores cadastrados na forma do *caput*, se inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, estão impedidos de exercer a advocacia nos limites da competência do respectivo tribunal e de integrar escritório de advocacia que o faça.

**Art. 148.** Será excluído do registro de conciliadores e mediadores aquele que:

**I** - tiver sua exclusão motivadamente solicitada por qualquer órgão julgador do tribunal;

**II** - agir com dolo ou culpa na condução da conciliação ou da mediação sob sua responsabilidade;

**III** - violar os deveres de confidencialidade e neutralidade;

**IV** - atuar em procedimento de mediação, apesar de impedido.

**§ 1º** Os casos previstos no *caput* serão apurados em regular processo administrativo.

**§ 2º** O juiz da causa, verificando atuação inadequada do conciliador ou do mediador, poderá afastá-lo motivadamente de suas atividades no processo, informando ao tribunal, para instauração do respectivo processo administrativo.

**Art. 149.** No caso de impedimento, o conciliador ou o mediador devolverá os autos ao juiz, que realizará nova distribuição; se a causa de impedimento for apurada quando já iniciado o procedimento, a atividade será interrompida, lavrando-se ata com o relatório do ocorrido e solicitação de distribuição para novo conciliador ou mediador.

**Art. 150.** No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o conciliador ou o mediador informará o fato ao tribunal para que, durante o período em que perdurar a impossibilidade, não haja novas distribuições.

**Art. 151.** O conciliador ou o mediador fica impedido, pelo prazo de um ano contado a partir do término do procedimento, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer dos litigantes.

**Art. 152.** O conciliador e o mediador perceberão por seu trabalho remuneração prevista em tabela fixada pelo tribunal, conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 153.** As disposições desta Seção não excluem outras formas de conciliação e mediação extrajudiciais vinculadas a órgãos institucionais ou realizadas por intermédio de profissionais independentes.

Senador pede que governo e Congresso cumpram acordo para fortalecer instituição. Número reduzido de defensores impede acesso dos mais pobres à Justiça, lembra

## Defensoria Pública precisa ser valorizada, alerta Paim

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) fez um apelo ontem ao Executivo e ao Congresso para que seja regulamentado o pacto republicano firmado em 2009 com vistas ao fortalecimento da Defensoria Pública da União (DPU). De acordo com o senador, que transmitiu as reivindicações de um grupo de aprovados no último concurso da Defensoria, à espera da posse, o número reduzido de defensores impede que todos os brasileiros tenham acesso ao Poder Judiciário.

A comissão de aprovados informou ao senador que, até junho de 2010 – quando o concurso foi homologado e 141 aprovados, empossados –, a Defensoria só contava com 335 profissionais. A demanda por seus serviços, no entanto, é imensa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o público-alvo da DPU é de aproximadamente 130 milhões de brasileiros.

– São aqueles que não têm condições de arcar com os custos de uma demanda judicial, como os honorários advocatícios. Assim, se não fosse a atuação da DPU, inviabilizar-se-ia por completo o acesso desses mais de 100 milhões de pessoas ao Poder Judiciário – disse o senador.



Paim: "Não podemos permitir que os que mais precisam fiquem na fila"

No ano de 2009, segundo dados da DPU, foram realizados mais de 1,3 milhão de atendimentos. Ou seja, cada defensor teria realizado quase 4 mil atendimentos, ou mais de quinze atendimentos por dia útil.

– Não podemos permitir que os que mais precisam tenham que ficar na fila, aguardando para poder interagir a favor daquilo que lhes é de direito – disse Paim.

### Santa Luzia

O senador também aproveitou a data de 13 de dezembro,

em que os católicos celebram o Dia de Santa Luzia, considerada protetora dos olhos, para comemorar o lançamento, pelo Banco Central, das novas cédulas de real acessíveis aos deficientes visuais. As notas, informou o senador, terão tamanho diferenciado e marcas táteis (barras em autorrelevo, no canto direito inferior, para identificar os valores).

Autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o senador cumprimentou o presidente Lula pela iniciativa e as lideranças da luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

## Suplicy pede aprovação de projeto na Câmara

Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem aos deputados federais para que votem, ainda em 2010, seu projeto (PLS 66/99) que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deve definir metas para a progressiva erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Para Suplicy, é essencial que o governo trace metas para o alívio da pobreza, determinando prazos, recursos e público-alvo. Ele declarou ter se inspirado em economistas como Anthony Atkinson e James Tobin para elaborar a proposta.

O senador informou que o projeto tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Ele pediu à comissão que vote o projeto nesta semana, antes



Suplicy afirma que aprovação ajudaria Dilma a erradicar pobreza do país

do encerramento dos trabalhos legislativos.

Recentemente, acrescentou o senador, a imprensa noticiou que a presidente eleita, Dilma Rousseff, pretende instituir

uma linha oficial de pobreza, com o objetivo de ampliar a atual política social. De acordo com Suplicy, estima-se em 28,8 milhões o universo de pessoas que poderiam ser consideradas miseráveis no Brasil.

– Reitero meu apelo para que a Câmara dos Deputados possa logo votar essa matéria e, na medida do possível, agora nesta semana final de trabalho, pois, assim, nós estaríamos ajudando a presidente eleita, Dilma Rousseff, a bem definir e cumprir a sua meta de erradicação da pobreza absoluta em nosso país – disse Suplicy.

O senador aproveitou para ler o parecer com voto favorável do relator da matéria na Câmara, deputado José Genoíno (PT-SP), ao PLS 66/99, apresentado ainda ano passado.

## Papaléo aponta suas propostas em prol de melhoria no trabalho

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) comentou projetos de sua autoria que promovem mudanças favoráveis para os trabalhadores.

– Meu trabalho nesse sentido teve a preocupação constante de que, nas relações trabalhistas, a parte mais fraca, o trabalhador, ganhe condições mais dignas de prestação dos seus serviços às empresas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país – explicou.

O PLS 335/07, por exemplo, atribui obrigatoriamente ao empregador o ônus das provas documentais e periciais nos processos trabalhistas. A proposta, inspirada no Código de Defesa do Consumidor (CDC), visa auxiliar os trabalhadores sem condições econômicas de pagar a produção de provas periciais.

Já o PLS 451/08 trata da remuneração do trabalho noturno, determinando acréscimo de pelo menos 20% sobre o valor da hora diurna. Papaléo também defendeu a importância do PLS 470/08, que visa in-



Papaléo Paes defende mudanças favoráveis aos trabalhadores

tegrar a hora extra habitual ao cálculo do 13º salário. Já o PLS 296/09 atribui responsabilidade subsidiária à administração pública no que diz respeito aos encargos trabalhistas resultantes da execução de contrato de terceirização ou de intermediação de mão de obra.

Por fim, Papaléo Paes citou o PLS 101/10, que permite ao trabalhador estrangeiro de agência ou filial de empresa brasileira localizada no exterior o acesso à Justiça trabalhista brasileira.

## Gurgacz defende prioridade do governo federal para educação

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou ontem que o investimento em educação deve ser a prioridade do governo federal. Ele disse esperar que o Plano Nacional de Educação (PNE), que será apresentado pelo presidente Lula ao Congresso amanhã, contemple o país com as ferramentas necessárias para fazer uma "revolução educacional".

Gurgacz citou matéria publicada pelo jornal francês *Le Monde* cujo título dizia que as desigualdades na educação são o "calcanhar de Aquiles" do Brasil. A matéria foi publicada no mesmo dia da divulgação do resultado do exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado com estudantes na faixa dos 15 anos. O Brasil ficou em 53º lugar, de um total de 65 países avaliados.

– O Brasil cresceu 33 pontos na década, mas ainda está bem abaixo da média dos países desenvolvidos. Caminha para ser a quinta maior economia do mundo, mas não conseguiu



Dificuldades de compreensão e leitura atrasam ensino, diz Gurgacz

resolver o caos da educação, situação absurda e paradoxal – lamentou Acir Gurgacz.

Para o senador, a péssima avaliação dos alunos brasileiros deve-se ao fato de que eles têm dificuldade de leitura e compreensão, o que os impede de apreender sozinhos. Os estudantes vão mal em Matemática e escolhem, em massa, carreiras voltadas às áreas de Humanas, o que desfalca a formação de professores e profissionais das áreas de Exatas, lembrou.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Mão Santa • Gilvam Borges • Neuto De Conto • Roberto Cavalcanti

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Roberto Cavalcanti afirma que economia estadual é diretamente atingida

## Para Cavalcanti, aeroporto ruim prejudica a Paraíba

A Paraíba está “profundamente prejudicada” por possuir um aeroporto com instalações que não acompanham as exigências atuais – o Aeroporto Internacional Castro Pinto, localizado na cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa, afirmou ontem Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

– Não me refiro apenas à falta de conforto que, com inteira justiça, incomoda os usuários, muitas vezes afastando-os do estado. O mais grave é a inaceitável deficiência apresentada por nosso principal aeroporto no quesito segurança, sobretudo no que concerne às operações básicas de pousos e decolagens das aeronaves – disse.

A fragilidade da estrutura aeroportuária paraibana também reduz a injeção de recursos na economia local.

Outro problema é a falta de pilotos comerciais para uma crescente aviação civil, apontou o senador, segundo o qual essa questão precisa ser enfrentada com urgência, já que a formação de um piloto é cara e demorada. Além disso, as companhias não têm compreendido a necessidade de oferecer remuneração digna e condições adequadas de trabalho a esses profissionais.

Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou que saiu de Brasília em voo para Curitiba e levou mais de oito horas, o mesmo tempo de um voo internacional, devido a atrasos. O desenvolvimento do país pode ser comprometido por um apagão logístico, disse.



Senador constatou “as mais difíceis condições de viver” na Antártida

## Neuto De Conto relata visita à Antártida

O senador Neuto De Conto (PMDB-SC), ao saudar o Dia do Marinheiro, relatou ontem as visitas que fez em seu mandato a convite da Aeronáutica e da Marinha. Ele foi ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal, ao Centro de Lançamento de Alcântara (MA), e à Base Almirante Castro e Silva, em Niterói (RJ). Lá, explicou o senador, embarcou num submarino da classe Tupi e ficou submerso por seis horas e meia. Neuto De Conto destacou que, na última semana, visitou a base brasileira na Antártida.

Com um grupo de convidados e pesquisadores, o senador conheceu o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que mantém cerca de 60 cientistas voluntários por um ano na Base Comandante Ferraz, atuando em diversas pesquisas sobre aquele continente de 14 milhões de quilômetros quadrados.

– Nesse continente se encontram todas as mais difíceis condições de viver. O frio é intenso. Estivemos lá com -40°C, mas chega a -90°C. O vento, que estava a mais de 100 km/h, chega a 200 km/h. Nunca chove e, por isso, se mantém o gelo – descreveu.

O parlamentar também mencionou o trabalho de uma bióloga brasileira que se instalou numa tenda isolada para observar e pesquisar os hábitos dos pinguins e outras aves.

Senador tucano defende que processo de mudanças seja conduzido pelo Congresso e busque reverter a desvalorização dos programas partidários, para que o eleitor passe a identificar a ideologia das agremiações

# Alvaro Dias cobra de Dilma realização da reforma política

A REFORMA POLÍTICA deverá ser articulada pela futura presidente da República, Dilma Rousseff, sendo o processo conduzido pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador cobrou da presidente eleita o cumprimento de sua promessa de campanha de realizar a reforma já no início da próxima legislatura.

– Dizem que defendemos a reforma que interessa a nós [oposição]. Não é o caso. Sobretudo, se [a reforma] fornecer ao país um modelo que diminua a corrupção que quase sempre começa já nas campanhas eleitorais.

Alvaro afirmou que as eleições deste ano foram “talvez as mais corruptas de todas no Brasil”. Declarou-se contrário às coligações partidárias – especialmente nas eleições majoritárias (para presidente, governador, senador e prefeitos) – que, avalia, favorecem “os partidos poderosos” e visam obter mais tempo de exposição dos candidatos no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão.

Já no caso das eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e distritais e vereadores), o senador considera que as coligações prejudicam o eleitor no modelo atual.

– Para exemplificar, sem demérito aos que citarei, o eleitor vota em Tiririca [para deputado federal pelo PR] e elege também o delegado Protógenes



Foto: de Waldemir Boreto/Senado Federal

Alvaro critica as coligações partidárias: “A corrupção quase sempre já começa nas campanhas”

[PDT] – disse, enfatizando que esses candidatos “nada têm a ver um com o outro”. Segundo ele “revelamos incompetência sem precedentes ao admitir que esse seja o processo eleitoral vigente”.

### Partidos

Para Alvaro, a reforma política é indispensável e poderá também reverter o processo de “desvalorização do programa dos partidos, que tem levado o eleitor a confundir a ideologia das agremiações”.

– Muitas vezes o eleitor do PSDB acredita que está votando em partido de direita ou aposta em candidato do PCdoB ignorando tratar-se de agremiação comunista – disse.

O senador afirmou ainda que os

políticos que respeitam o programa dos partidos são muitas vezes mal interpretados e punidos por isto.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o PT afirmando que o partido, uma vez tendo chegado ao poder, passou a ignorar seu programa para atender aos aliados. Já Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu uma reforma mais ampla, que inclua elementos como o financiamento público de campanha e a concretização do desejo do eleitor.

Alvaro lembrou que o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou proposta (PEC 29/07), que aguarda votação em Plenário, extinguindo a coligação nas eleições proporcionais. Também lembrou a PEC 2/07, de Marco Maciel (DEM-PE), sobre a cláusula de barreira ou de desempenho.

## Gilvam espera que reformas sejam propostas no início em fevereiro

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse, em discurso, esperar que no dia 1º de fevereiro de 2011 a presidente Dilma Rousseff e o futuro presidente do Congresso Nacional anunciem a entrada no Parlamento de projetos de reforma política e tributária, segundo ele, “as grandes reformas estruturantes do país”. A reforma política, para o senador, seria a “reforma-mãe”.

– Organizem e disciplinem seus homens públicos pela grande reforma política com uma regra duradoura e bem estabelecida, para que não este-

jamos sujeitos a mudanças repentinas e casuísticas que sempre ocorrem na antecedência de qualquer pleito – afirmou.

Em relação à reforma tributária, Gilvam Borges acredita que o foco deverá ser o combate à sonegação, à inadimplência e à marginalidade.

– E se fizermos como os Estados Unidos e o Japão após a 2ª Guerra Mundial, que saíram dos escombros investindo maciçamente em educação, este país irá alçar o patamar de uma grande nação, reconhecida pela



Gilvam quer regra duradoura para “que não estejamos sujeitos a mudanças repentinas”

sua riqueza, não somente material, mas pelas nossas riquezas morais, que estarão estabelecidas em leis – disse.

## Mão Santa critica decisão do Parlasul sobre representação

O senador Mão Santa (PSC-PI) protestou contra a decisão do Parlamento do Mercosul (Parlasul), tomada ontem, de que, até a realização de eleições diretas, os integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverão ser “legisladores nacionais com mandatos vigentes outorgados pelo voto popular” (veja reportagem na página 8).

Pouco depois do discurso do senador, a Mesa Diretora do Parlasul emitiu nota expressando seu “mais enérgico repúdio” à sugestão de que o parlamento viesse a ser integrado por pessoas sem mandato eletivo.

Mão Santa, que não se reelegeu senador nas eleições de outubro passado, sugeriu, por meio de projeto de resolução do Congresso Nacional



Para Mão Santa, é uma “vergonha” que o Brasil ainda não tenha eleito representantes

entregue em novembro, a manutenção da sistemática de indicação indireta desses parlamentares para o período de 2011 a 2012 – enquanto não se façam eleições diretas no Brasil.

O senador opinou que o mais adequado seria a realização de eleições diretas, embora reconheça que o prazo para sua realização, até janeiro de 2011, e o encerramento, em dezembro, do prazo da resolu-

ção que a previa, impossibilita sua realização.

– O Brasil, que foi retardatário na independência, na libertação dos escravos e na República, agora é retardatário no Parlamento do Mercosul. É uma vergonha como o Paraguai, minúsculo, mas com passado industrial gigantesco, já fez eleição direta para seus parlamentares – comparou.

Analisando as relações entre os países da América do Sul, Mão Santa também criticou o pequeno fluxo de turistas dos outros países do continente para o Brasil. Recordou, ainda, que só houve uma mudança na postura beligerante entre Brasil e Argentina com os então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, que assinaram o Tratado de Assunção, criando o Mercosul.

Mão Santa também destacou, a passagem ontem do Dia do Marinheiro, reconhecendo os inúmeros serviços prestados ao país pela Marinha.

Até a realização de eleições diretas específicas em cada país, bancadas do Parlamento do Mercosul devem ser formadas por parlamentares da ativa

# Integrantes temporários do Parlasul deverão ter mandatos populares

ATÉ QUE SE realizem eleições diretas, os integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverão ser "legisladores nacionais com mandatos vigentes outorgados pelo voto popular", segundo proposta de recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do bloco, aprovada ontem pelo Parlasul, em Montevideu (Uruguai). A proposta havia sido votada antes pela Mesa Diretora.

Segundo o parlamentar argentino Mariano West, que participou da reunião da Mesa, não é possível que façam parte do Parlasul representantes não eleitos para seus respectivos parlamentos nacionais. "Aqui sempre se falou de parlamentares nacionais", lembrou.

Como as decisões do Parlasul ainda não têm força de lei, a decisão caberá ao Conselho de Ministros, formado por titulares das Relações Exteriores e da Economia, que reúne-se nesta quinta e sexta-feira, em Foz do Iguaçu (PR).

Outra medida para garantir que os parlamentares do Mercosul estejam no exercício de mandatos é a extensão até 31 de dezembro de 2014 da transição para a implantação do parlamento. Antes dessa data, todos os países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverão promover eleições específicas de seus parlamentares para o preenchimento das vagas do parlamento.

Conforme o Protocolo Constitutivo do Parlasul, o cargo de parlamentar do Mercosul "é incompatível com o desempenho de mandato ou cargo legislativo ou executivo nos Estados partes". O terceiro artigo das Disposições Transitórias, porém, estabelece que, para a primeira etapa de transição – que terminaria em 31 de dezembro de 2010 –, os parlamentos nacionais estabeleceriam as formas de designação de seus parlamentares, entre seus legisladores.

Por meio da proposta de recomendação ao CMC, o Parlasul prorroga por quatro anos o período de transição, uma vez que não se realizaram as eleições previstas. Dessa forma, estende-



Reunião do Parlasul, ontem, em Montevideu, com os senadores Sérgio Zambiasi (à cabeceira) e Eduardo Azeredo (D)

se também o período durante o qual cada parlamento enviará a Montevideu uma representação composta por deputados e senadores. Além disso, a declaração estipula que os integrantes de cada representação deverão ter "mandatos vigentes outorgados pelo voto popular".

## Representatividade

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que concorda com a proposta. Em sua opinião, a indicação de parlamentares não

eleitos pelo voto popular poderia ser considerada um retrocesso em relação ao que existe atualmente. Para ele, será importante garantir eleições diretas no Brasil em 2012.

– Não pode passar de 2012. Se passar, o parlamento corre o risco de definir – advertiu Cristovam.

– Foi o acordo possível – disse, também em Montevideu, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE).

Para o senador tucano, é evidente que quem tem mandato tem mais representatividade.

– Nós já tivemos no Brasil experiências de indicações feitas de maneira indireta, como governadores e senadores, que chegaram a ser chamados de biônicos. Aqui não se trata de um mandato inteiro, mas de uma transição até as eleições de 2012, quando se escolherão os parlamentares brasileiros do Mercosul – acrescentou o senador.

## Criação da Unasul preocupa Marisa Serrano

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou preocupação com a possibilidade de ratificação do tratado de criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Na sessão de ontem do Parlamento do Mercosul (Parlasul), ela criticou a falta de regras claras que definam as atribuições da Unasul, da Comunidade Andina de Nações e do próprio Mercosul.

– Seria equivocado lançar uma nova iniciativa desprezando a larga experiência acumulada pelas organizações que há anos trabalham pela integração, especialmente o Mercosul e a Comunidade Andina. Muitas funções hoje desempenhadas pelo Mercosul serão também realizadas em duplicidade pela Unasul – alertou.

Na opinião da senadora, será necessário renegociar especialmente o artigo do tratado de criação da Unasul que estabelece o Parlamento da América do Sul, com sede em Cochabamba, na Bolívia.

– Não sou contra a Unasul, mas contra a forma pela qual está constituído o tratado, passando por cima de todo o trabalho de décadas da Comunidade Andina e do Mercosul – afirmou Marisa.



Marisa alerta que é preciso definir atribuições da Unasul

## Parlasul terá orçamento de US\$ 1,57 milhões

O Parlasul aprovou ontem seu orçamento para 2011. O valor total a ser gasto no próximo ano pelos quatro países que compõem o bloco para manter o órgão legislativo regional é o equivalente a US\$ 1.573.019.

O Brasil será responsável por 44% das despesas, ou US\$ 692 mil, segundo a proposta aprovada por consenso no Plenário. A Argentina arcará com 24% dos gastos, enquanto Paraguai e Uruguai ficarão, cada um, com 16% dos desembolsos. O valor do orçamento é praticamente o mesmo do aprovado para 2010. As maiores despesas são

com os salários de funcionários, que consumirão US\$ 619 mil no próximo ano.

## Corte de Justiça

O Parlasul aprovou proposta de norma que contém o Protocolo Constitutivo da Corte de Justiça do Mercosul, com sede em Assunção, Paraguai. Segundo a iniciativa, que será encaminhada ao Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do bloco, a corte será um órgão judicial "com jurisdição própria e independente" e será integrada por um número de juízes igual ao de países integrantes do bloco.

Ainda de acordo com o texto

aprovado, os juízes "não solicitarão e nem aceitarão instruções de nenhum governo ou organismo" e irão se abster de qualquer atuação incompatível com o caráter e a independência que o cargo impõe.

As delegações do Brasil e da Argentina sugeriram que o texto do protocolo fosse antes analisado pelas cortes supremas dos países do Mercosul, antes de seu envio ao CMC. A representação paraguaia, porém, insistiu na aprovação imediata da proposta, como um gesto político em direção à criação de um órgão de solução de controvérsias.

## Inaugurada a primeira etapa da sede do legislativo regional

Ao final da última sessão do ano do Parlamento do Mercosul (Parlasul), foi inaugurada ontem a primeira etapa das obras da sede definitiva do órgão legislativo regional, em Montevideu. Na presidência dos trabalhos, o parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain convidou os colegas para uma visita às salas construídas no local onde antes se encontrava um cassino, ao lado da sede do Mercosul.

Unzain agradeceu ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que não pode comparecer à sessão,

pelo empenho na construção da primeira etapa da sede própria do Parlasul. Nela serão instalados os funcionários do parlamento, que até o momento trabalham em salas da sede do Mercosul, situada num antigo hotel em frente ao Rio da Prata.

A segunda etapa das obras da nova sede – ainda sem cronograma – incluirá a construção de plenário para 185 parlamentares, número total previsto para após a posse dos representantes eleitos pelos países do bloco regional.